

Defesa de Valério acusa procurador de ser parcial

Eduardo Kattah

BELO HORIZONTE

O advogado Marcelo Leonardo, que representa o empresário Marcos Valério, acusou ontem o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de tratar de forma diferenciada as acusações relativas ao mensalão no governo petista e o esquema envolvendo a campanha frustrada à reeleição do então governador de Minas, Eduardo Azeredo, em 1998.

Embora tenha dito que esperar o teor da peça de acusação para fazer uma avaliação mais precisa, Leonardo destacou que no inquérito do mensalão federal sustentou, "repetidas vezes", que "os valores recebidos pelos políticos eram destinados a pagamento de despesas de campanhas eleitorais". "Isso estava definido como crime eleitoral. O fato tinha de ser tratado dessa forma", disse. "Nesse caso agora, o procurador propõe o arquivamento do inquérito em relação a todos os políticos que

receberam valores, entendendo que os fatos por eles praticados seria o crime eleitoral, que está prescrito."

O ex-vice-governador de Minas Clésio Andrade divulgou nota em que afirma que na época não era membro do governo mineiro, "razão pela qual não participou de qualquer decisão de governo, especialmente no que tange a ordenamento de despesas do Estado ou de empresas estatais".

O ex-sub-secretário de Comunicação Social Eduardo Pereira Guedes não foi localizado. O atual secretário de Finanças de Belo Horizonte, José Afonso Bicalho Beltrão, não podia ser contatado, segundo a secretaria. O advogado Otávio Junqueira Caetano - que representa Cláudio Mourão - não atendeu ao telefone. Os representantes dos ex-sócios de Valério e de Rogério Tolentino disseram que não tinham informações sobre a denúncia para comentá-la e outros seis denunciados não foram localizados pelo Estado. ●